

SUMÁRIO

Apresentação	9
Prefácio	11
Parte 1 – FUNDAMENTOS DE DIREITO MINERÁRIO BRA- SILEIRO	49
1 Mineração e suas características especiais	51
1. 1 Rigidez locacional	51
1. 2 Vultosos investimentos com alto risco e longo prazo de maturação	52
1. 3 A atividade mineral é de utilidade pública.....	53
1. 4 Sociedade altamente dependente de recursos minerais	56
1. 5 A mineração necessariamente utiliza recursos naturais	56
1. 6 A mineração é uma indústria cíclica e globalizada	56
1. 7 A mineração não define o preço de seus produtos	57
1. 8 A mineração enfrenta riscos específicos	57
1. 9 A mineração contribui para evitar o êxodo para as capitais .	57
1.10 Riscos institucionais em razão da rigidez locacional	57
2 O Direito Minerário	58
2.1 Fundamentos do Direito Minerário brasileiro	58
2.2 Autonomia do Direito Minerário	59
2.3 Natureza dos Direitos (títulos) Minerários	59
3 Regime constitucional dos recursos minerais	60
3.1 Direito Minerário Comparado	66
4 Jazida e mina	71
4.1 Momento em que a reserva mineral entra no mundo jurídico	74
5 Direito de Prioridade	75

6	Consentimento para Pesquisa	78
7	Consentimento para Lavra	79
8	Hermenêutica aplicada ao Direito Minerário	91
8.1	O Código de Mineração e sua Exposição de Motivos	92
8.2	As diretrizes ou fundamentos do Direito Minerário que devem ser considerados na sua interpretação	94
8.2. 1	Princípio do desenvolvimento da mineração no interesse nacional	
8.2. 2	Princípio do interesse público na transformação das riquezas minerais em benefícios econômicos e sociais	96
8.2. 3	Princípio da utilidade pública da Mineração	98
8.2. 4	Princípio da soberania nacional sobre os recursos minerais, as jazidas e as minas	99
8.2. 5	Princípio da função social da propriedade mineral ...	100
8.2. 6	Princípio da predominância do interesse público sobre o interesse do particular	103
8.2. 7	Princípio do livre acesso aos recursos minerais	103
8.2. 8	Princípio da transparência na gestão das riquezas minerais	104
8.2. 9	Princípio da prioridade	104
8.2.10	Princípio do fomento à mineração	105
8.2.11	Princípio da sustentabilidade ambiental	105
8.3	Princípio do uso prioritário	107
8.4	Princípio da continuidade da atividade mineral	108
8.5	O minerador é colaborador privilegiado da União	108
8.6	A mineração necessariamente utiliza recursos naturais	109
8.7	A mineração enfrenta riscos específicos não existentes em nenhuma outra atividade produtiva	109
8.8	Natureza dos atos administrativos minerários	109
8.9	O art. 37 da Constituição Federal	110
9	O processo administrativo minerário	113
	Parte 2 – CÓDIGO DE MINERAÇÃO ANOTADO	123
	Parte 3 – REGULAMENTO DO CÓDIGO DE MINERAÇÃO – DECRETO N. 62.934, DE 2 DE JULHO DE 1968	261

Parte 4 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL	295
Parte 5 – LICENCIAMENTO MINERAL – LEI N. 6.567, DE 24 DE SETEMBRO DE 1998	303
Parte 6 – PERMISSÃO DE LAVRA GARIMPEIRA – LEI N. 7.805, DE 18 DE JULHO DE 1989	311
Parte 7 – CÓDIGO DE ÁGUAS MINERAIS – DECRETO-LEI N. 7.841, DE 8 DE AGOSTO DE 1945.....	319
Parte 8 – LEGISLAÇÃO MINERAL EM VIGOR	337
BIBLIOGRAFIA	1091
SUBSTÂNCIAS MINERAIS ÚTEIS. QUAIS SÃO E PARA QUE SERVEM.	1119
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	1141